

tam a actividade anual do GRI, e na concretização da realização das actividades por este organismo prosseguidas. Presta assessoria à direcção em todos os domínios, e presta apoio jurídico e de perspectiva geral às várias áreas de actividade desde Gabinete. Desde 2005, que vem procedendo à preparação dos trabalhos relativos à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, organizando a logística necessária e assegurando as respostas às solicitações do Ministério dos Negócios Estrangeiros e REPER.

Despacho n.º 15 282/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que o licenciado Carlos Manuel Inácio Figueiredo possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, director de serviços de Prospectiva Estratégica do DPP do MAOTDR o licenciado Carlos Manuel Inácio Figueiredo, assessor principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo da Costa Limão Gata*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Carlos Manuel Inácio Figueiredo.

Habilitações académicas — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia (ISE), da Universidade Técnica de Lisboa (1974), com a classificação final de 14 valores.

Formação complementar:

Seminário de alta direcção, realizado no INA, de 11 a 15 de Abril de 2005;

Curso de especialização Regional Development Strategies and Spatial Planning, Autumn School 2000, SIRIUS, Estocolmo, Suécia.

Situação profissional actual — principais funções desempenhadas:

Assessor principal na Direcção de Serviços de Prospectiva Estratégica do director de serviços de Prospectiva do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Docente convidado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), desde 1976.

Principais funções desempenhadas na área da gestão pública e privada:

Director de serviços de Prospectiva do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), no período compreendido entre 26 de Maio de 2004 e 30 de Abril de 2007.

Presidente do conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), no período compreendido entre Abril de 1998 e Novembro de 2002.

Despacho n.º 15 283/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a licenciada Ana Maria Fialho de Figueiredo Dias possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Desenvolvimento Sustentável e Competitividade do DPP do MAOTDR a licenciada Ana Maria Fialho de Figueiredo Dias, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo da Costa Limão Gata*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Ana Maria Fialho de Figueiredo Dias.

Habilitações académicas — licenciatura em Economia pelo ISCEF da Universidade Técnica de Lisboa (1973); parte escolar do mestrado em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1984); *master of commerce in Econometrics*, Universidade de New South Wales, Austrália (1988).

Experiência profissional:

Desde 1989 — no Departamento de Prospectiva e Planeamento:

Categoria actual — assessora principal.

Funções de chefia — directora de serviços de Macroeconomia e Planeamento desde 1997; chefe de divisão de Modelos e Metodologias de 1991 a 1997.

De entre os trabalhos que tem desenvolvido e coordenado no DPP, destacam-se a construção de modelos macroeconómicos e de base *input-output* para a economia portuguesa e a sua utilização na preparação de cenários macroeconómicos e na avaliação do impacte (nacional, sectorial e regional) de políticas públicas e de programas de investimento, designadamente dos Quadros Comunitários de Apoio, do PIDDAC e da Expo 98.

1984-1995 e 1989 — assistente convidada do Instituto Superior de Economia, tendo leccionado as disciplinas de Introdução à Economia (licenciatura) e de Econometria Aplicada (mestrado).

1986-1988 — funções técnicas na Prices Surveillance Authority (Austrália).

1973-1985 — técnica do Centro de Estudos de Planeamento/IACEP (Núcleo de Estudos Económicos e da Conjuntura), onde trabalhou em análise de conjuntura e métodos de análise e previsão conjuntural.

Instituto da Conservação da Natureza
e da Biodiversidade, I. P.

Despacho (extracto) n.º 15 284/2007

Por despacho de 17 de Maio de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Manuel

Ferreira dos Santos, técnico superior do quadro do Instituto da Conservação da Natureza a exercer em regime de comissão de serviço o cargo de presidente da comissão directiva da Reserva Natural do Paul da Arzila (cargo de direcção intermédia de 1.º grau), foi provido na categoria de assessor principal, nos termos do artigo 29.º e do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com antiguidade na categoria reportada a 11 de Outubro de 2005.

23 de Maio de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

Despacho (extracto) n.º 15 285/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, António Pereira Lages e Carlos Barroso Dias, respectivamente motorista de pesados e pedreiro do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, transitam nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 470/99 de 6 de Novembro, para a carreira de vigilante da natureza, na categoria de vigilante da natureza de 2.ª classe, ficando posicionados, respectivamente, no escalão 5, índice 254, e escalão 1, índice 190, do mesmo quadro, ficando exonerados dos lugares de origem a partir da data de aceitação dos lugares. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

Despacho (extracto) n.º 15 286/2007

Por despachos de 14 de Maio e de 1 de Junho de 2007, respectivamente do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., Maria Máxima da Silva Bento da Palma Dias, técnica profissional especialista principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, em requisição no Instituto da Conservação da Natureza, foi transferida com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Junho de 2007, data de aceitação do lugar no quadro do Instituto da Conservação da Natureza. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

Despacho (extracto) n.º 15 287/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante a emissão da declaração da confirmação de cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, os licenciados Pedro António Castro Henriques, Maria Elisa da Encarnação Jorge Oliveira e Isabel Maria Serrano Vilar, assessores do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, foram promovidos, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, à categoria de assessor principal da carreira técnica superior do mesmo quadro, ficando exonerados dos lugares de origem a partir de 21 de Maio de 2007, data da aceitação dos novos lugares.

21 de Junho de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

Despacho (extracto) n.º 15 288/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante a emissão da declaração da confirmação de cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, os licenciados Ana Maria Cordes Cabêdo Amado, António Alberto Vaz Pereira Morais, Dinah Elsa Valmor da Cruz Sobral, João Manuel da Silva Alves, Isabel Maria Navarro Sacadura Botte Daun e Lorena, Luís Filipe Falcão Carvalho Matos, Maria Edite Albuquerque Castro Marques, Maria Manuela Rosa Marcelino e Maria Teresa Nunes Portas, técnicos superiores principais do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, foram promovidos, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, à categoria de assessor da carreira técnica superior do mesmo quadro, ficando exonerados do lugar de origem a partir de 21 de Maio de 2007, data da aceitação dos novos lugares, mantendo-se o licenciado João Manuel da Silva Alves em comissão de serviço no cargo dirigente.

21 de Junho de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

Despacho (extracto) n.º 15 289/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante a emissão da declaração da confirmação de cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, o licenciado Joaquim Manuel Godinho Cid, assessor da carreira de consultor jurídico do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, foi promovido, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, à categoria de assessor principal da carreira consultor jurídico do mesmo quadro, ficando exonerado do lugar de origem a partir de 21 de Maio de 2007, data da aceitação do novo lugar.

21 de Junho de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 290/2007

Na sequência do requerimento apresentado pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A., e pela EDP — Gestão da Produção de Energia, S. A., nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 1-A/2005, de 17 de Janeiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2007, de 18 de Maio, aprovo as adendas aos acordos relativos à cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia celebrados, no dia 27 de Janeiro de 2005, entre aquelas duas entidades.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Junho de 2007.

15 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho n.º 15 291/2007

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, e após apreciação do requerimento apresentado pela EDP — Gestão da Produção de Energia, S. A., com a estimativa da taxa de juro anual prevista na subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 5.º do citado diploma legal, fixo em 5,22% o valor da aludida taxa de juro anual.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Junho de 2007.

15 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho n.º 15 292/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 1/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira, para exercer funções de subdirectora-geral do Instituto de Informática.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007, inclusive.

22 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

Nota curricular (académica e profissional)

Nome — Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira.

Data de nascimento — 8 de Maio de 1955.

Formação universitária:

Bacharelato em Economia da Universidade Técnica de Lisboa — 14 valores — 1975;

Licenciatura em Engenharia Informática da Universidade Nova de Lisboa — 15 valores — 1977;

Frequência do curso de mestrado em Ciências da Computação da Universidade de Coimbra — 1985.

Actividade profissional:

No Instituto de Gestão Informática e Financeiro da Saúde — vogal do conselho de administração responsável pela área de informática e comunicações (2005-2007);

No Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde — adjunta do Gabinete (Julho de 2005);